

EDUCAÇÃO E PANDEMIA

Frei Betto

Conferência virtual no Congresso Pedagogia
2021 – 03 de fevereiro de 2021, Havana, Cuba

Desde a Segunda Grande Guerra, na década de 1940, não se tem notícia de que alunos e professores se viram obrigados a ficar retidos em casa por tão longo tempo. Dados da UNESCO apontam que a pandemia afetou mais de 1,5 bilhão de estudantes em 188 países, o que representa 91% dos estudantes do planeta.

Na América Latina, o fechamento temporário das escolas afetou 160 milhões de alunos, segundo estimativas da UNESCO.

Esse confinamento expôs ainda mais o agravamento das desigualdades sociais. O UNICEF estima que 370 milhões de crianças podem ter sido privadas de alimentação adequada devido ao fechamento das escolas.

O sistema escolar mundial não estava preparado para lidar com os efeitos de uma doença que nos exige distanciamento físico e isolamento social por longo período. A educação teve que se deslocar do universo presencial para o virtual. Viu-se obrigada a recorrer a novas ferramentas tecnológicas que permitem o ensino à distância.

Em inúmeros países, os alunos, em especial os que frequentam escolas públicas, não dispõem de recursos para acesso rápido às tecnologias de comunicação. E mesmo para aqueles que dispõem, não têm sido fácil se adaptar à nova realidade digital. Não é muito confortável

suportar 40 ou 50 minutos de aula remota através da pequena tela de um celular... E ainda sem a possibilidade de contato direto com o professor e os colegas.

Para muitos jovens, o ensino remoto carece de incentivo, o que provoca evasão escolar. E a maioria dos professores não estava preparada para ministrar aulas à distância. Em muitos países, como no Brasil, foi observado que a permanência em casa por longos períodos proporcionou o aumento da violência doméstica e, no caso das adolescentes, da gravidez precoce.

O ensino remoto difere muito do presencial. Reduz a interação entre professor e aluno. Dificulta a relação de entreajuda didática entre alunos. Para os estudantes que frequentavam a escola em horário integral, a casa era principalmente lugar de convivência familiar e

descanso. E, muitas vezes, em espaço reduzido, devido ao número de pessoas que a habitam. Assim, o ensino remoto nem sempre consegue atrair a atenção exigida. Isso se agrava quando se trata de alunos da educação infantil e do ensino fundamental, período em que se desenvolve o processo de alfabetização. Aprofunda-se o déficit em habilidades básicas, como ler e escrever, somar e subtrair. Essa interrupção da aprendizagem também prejudica, sobremaneira, alunos em fase de conclusão do curso. Dificulta a inserção no mercado de trabalho.

A pandemia veio evidenciar também como, em geral, as famílias estavam alheias ao aprendizado escolar de seus filhos. De repente, os pais tiveram que se interessar pelo conteúdo didático dos filhos e se improvisar em auxiliares de professores. Contudo, nem sempre isso é

possível. Nos países periféricos, muitos adultos possuem menos formação escolar do que os filhos. Os pais não se sentem preparados para ajudá-los nos deveres escolares. E ocupados com o trabalho remoto e os afazeres domésticos, há pais que não dispõem de tempo suficiente para acompanhar as tarefas escolares dos filhos. Contudo, agora passaram a dar mais valor à escola e ao trabalho dos professores.

Ressignificar a educação

A desigualdade social influi fortemente no acesso às tecnologias de comunicação. Há alunos que sequer dispõem de condições para se conectarem à internet. A exclusão digital é um novo fenômeno social. E já é considerada uma violação dos direitos básicos. No caso do Brasil,

por exemplo, apenas 57% da população possui um computador capaz de rodar programas mais atuais. E 30% das moradias do país não têm acesso à internet, o que é indispensável ao ensino remoto (IBGE / Pesquisa TIC Domicílio, 2018). Por isso é muito importante a escola disponibilizar aos alunos videoaulas que, inclusive, deveriam ser transmitidas por emissoras de TV e acompanhadas de material impresso. Na Argentina, a empresa Telefónica fez acordo com o governo para permitir, durante a pandemia, acesso gratuito a sites educacionais para famílias que não podem pagar pelo serviço. No Peru, a mesma empresa, associada ao Facebook, ao BID e ao CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina), criou o programa "Internet para todos", que oferece serviços a operadoras móveis locais para que alcancem áreas remotas.

No Brasil, 46 milhões de pessoas não têm acesso à internet, o que corresponde a mais de 25% da população. Entre os 79,1% da população que acessam a internet, 99,2% utilizam o celular. O BID calcula que 20% da população da América Latina não têm acesso adequado à internet móvel.

A pandemia veio ressignificar a educação. Ela deve ser pensada para os jovens que haverão de enfrentar os desafios da década de 2030. Isso exige metodologia pedagógica capaz de ativar o pensamento crítico, despertar a criatividade e a originalidade, solucionar problemas complexos, ter flexibilidade cognitiva, valorizar a inteligência emocional e o trabalho em equipe, aprender a lidar com a diversidade de opiniões e comportamentos, e saber tomar decisões sem imposições autoritárias.

Como vivemos atualmente em um mundo interconectado, não só as pessoas não são ilhas, como frisou John Donne, poeta e pensador inglês, mas também nossas cidades e países. É preciso encarar os problemas por diferentes óticas e a partir de distintos contextos, mas sempre sem abrir mão do compromisso ético de que todos os seres humanos e a natureza têm direito a condições dignas de vida. Portanto, não se trata mais de um aprendizado para obter boas notas nas provas escolares e um diploma no final do curso. A educação é um processo infindável, que se prolonga por toda a vida. A escola é apenas o lugar onde o aluno recebe o impulso para interagir com quem tem muito a ensinar, assim como aquele que ensina tem muito a aprender, numa sinergia complexa, rica e permanente.

Há tempos existe ensino fora da sala de aula, como o que exige permanente experimentação. Exemplo é a esfera da agricultura. A pandemia veio ampliar e acelerar esse processo, e o uso da internet quebrou as barreiras físicas da comunicação e da interação. As aulas, outrora centradas na oralidade do professor, agora contam com enorme variedade de recursos pedagógicos, como videoaulas, infográficos, diapositivos, animações, jogos educativos e viagens virtuais, como a museus e cidades históricas. E a vantagem é que o conteúdo e as atividades compartilhadas podem ser acessadas por qualquer um, de qualquer lugar, a qualquer momento. Isso, sem dúvida, favorece a democratização do ensino, desde que todos tenham acesso às tecnologias de comunicação. E, ao mesmo tempo, permite que

haja diálogo direto do professor com determinado aluno.

Não devemos alimentar a nostalgia de como era a escola antes da pandemia. Ao reabrir as instituições de ensino, não basta repor as aulas. Agora temos uma nova configuração das relações sociais e devemos aproveitá-la para desenvolver novas metodologias de ensino.

Mas sabemos como nossos sistemas de ensino são resistentes a mudanças. No entanto, a Covid-19 nos impõe uma nova realidade. Agora temos que admitir que o ensino remoto ou à distância terá que ser incorporado aos recursos pedagógicos. Trata-se de uma nova modalidade que pode produzir efeitos positivos, como o protagonismo dos alunos em seu próprio processo de aprendizagem. Deixam de ser meros alvos das lições do professor e passam a ser sujeitos da atividade escolar, responsáveis por

organizar sua agenda de estudos domésticos e planejar o tempo e o modo de abordar o currículo. Esse autoconhecimento exige da escola maior atenção à formação integral dos estudantes, como levar em conta a situação familiar em que vivem e as condições de moradia. De certo modo, os alunos passam a ser parceiros do professor na elaboração da grade curricular e na prática pedagógica. O ensino se torna mais personalizado, na medida em que há diferença de ritmo entre os estudantes. Instados a gerenciar suas atividades escolares, os alunos terão maior protagonismo e os professores atuarão como mediadores entre conteúdos curriculares e recursos tecnológicos.

Ocorre que, na realidade, nem tudo são luzes. O lado sombrio precisa ser encarado com seriedade. No Brasil, pesquisas constataram que quase 90% dos professores não tinham

experiência de aula remota antes da pandemia. Agora, 82% dão aulas a partir de casa e admitem ter aumentado a carga horária de trabalho. E 84% opinam que o envolvimento dos alunos com o aprendizado se reduziu. A principal dificuldade é o acesso a computadores e à internet.

O relatório GEM (Monitoramento Global da Educação) de 2020 aponta que, nos países periféricos, 40% não contam com políticas para apoiar os alunos durante o fechamento das escolas. Segundo a UNESCO, menos de 10% das 209 nações avaliadas possuem leis que favorecem a plena inclusão na escola.

O lado negativo do ensino à distância

O ensino remoto tem, como pontos negativos, favorecer o individualismo no trabalho

escolar, esgarçar os laços de solidariedade entre os corpos docente e discente, inviabilizar ações coletivas em defesa dos direitos dos professores.

O perigo do trabalho remoto é colocar em risco a fronteira entre o tempo de trabalho e o de convivência familiar. Ao sobrecarregar a jornada de trabalho, reduz as horas de lazer.

O ideal seria não considerar obrigatória a atividade remota, e sim como opcional, até que a pandemia seja superada e possam todos retomar o trabalho em condições de igualdade no espaço escolar.

Ao agravar as desigualdades sociais, a pandemia expõe o caráter de um modelo de educação individualista, excludente, concorrencial, subordinado as demandas do mercado. A crise econômica e o aumento do desemprego debilitam a tese de que a escola é

uma via segura para incluir todos no mercado de trabalho e conquistar uma vida estável.

Essa nova modalidade de ensino carece de estrutura para desenvolver adequadamente as atividades escolares. Muitas vezes, absorvidos pela vida familiar e ocupações domésticas, como ajudar na limpeza da casa ou ver filmes e programas de TV, os estudantes perdem o interesse pelas aulas.

Adotar o trabalho remoto como nova modalidade de ensino pode agravar as desigualdades educacionais, excluindo aqueles que, desprovidos de condições domésticas para se envolver na aprendizagem, acabam sendo vítimas da lei do menor esforço, quando eles é que deveriam receber maior atenção. O sistema educacional não pode transferir para o aluno a responsabilidade de possuir computador e ter acesso à internet. Muitos vivem em situação de

vulnerabilidade social. Cabe ao sistema assegurar condições adequadas a todos os estudantes para o desempenho das tarefas escolares. Pois segundo o GEM (Monitoramento Global da Educação), para cada 100 jovens ricos, somente 18 jovens pobres completam o ensino médio ou secundário.

Retorno às aulas presenciais

De que forma a pandemia afeta a qualidade da educação?

É importante que o isolamento social não venha a dificultar a gestão democrática das escolas. O impedimento de reuniões presenciais do corpo docente não deve ser motivo para justificar decisões monocráticas. A escola deve permanecer como espaço cotidiano de exercício

da democracia, mesmo em sua atual configuração virtual.

A volta às aulas presenciais não pode, de modo algum, depender da pressão do poder econômico, em especial dos proprietários de estabelecimentos de ensino e redes de escolas. E, quando conveniente, não pode ser feita de improviso. Deve resultar de uma decisão democrática dos diversos atores envolvidos na esfera da educação, inclusive funcionários da escola. Um protocolo deve ser adotado após amplo debate entre alunos, professores, funcionários, pais de alunos e autoridades sanitárias. A pandemia, em si, virou objeto de estudos. Ela deve ser levada para dentro da sala de aula, suscitando pesquisas e reflexão sobre equilíbrio ambiental, zoonoses, dignidade, solidariedade em tempos de pandemia, fragilidade da vida humana etc.

Os educadores não podem ceder à lógica de, o quanto antes, retornar à mera acumulação dos conteúdos escolares. Nem ao discurso tecnocrata de voltar às atividades presenciais a partir do ponto em que foram suspensas em 2020. Há que levar em conta que a pandemia, uma vez superada pela vacinação, não deve ser encarada como um hiato em nossas vidas. Não podem deixar de serem considerados relevantes os efeitos emocionais, psicológicos e sociais provocados na vida dos alunos. Muitos foram afetados pela perda de parentes, vítimas da Covid-19, e o declínio da renda familiar.

A escola não é uma sucessão de dias letivos. É um espaço de convivência, criatividade e socialização e, sobretudo, construção da identidade, tanto pessoal (cidadã), quanto coletiva. Deve ser também um espaço democrático de formação de consciência crítica,

disposição à solidariedade e ao engajamento o combate a todas as formas de injustiças sociais.

A educação à distância pode resultar numa nova fonte de lucros para empresários de instituições de ensino, que passam a ser os mediadores de conteúdos e tecnologias, excluindo todos aqueles que não possuem recursos para transformar o espaço doméstico em apêndice da escola.

Esse empresariado passa a considerar a escola alvo de seu serviço de *delivery* – preparam os pacotes curriculares feitos por supostos especialistas alheios à escola, o que compromete a autonomia do trabalho docente e torna o conteúdo curricular dependentes de grandes grupos privados que dominam as plataformas voltadas à educação.

Com ou sem pandemia, predominando o ensino presencial ou à distância, o combate ao mais grave problema da humanidade – a desigualdade social – exige que nos empenhemos todos na luta permanente pela escola pública, gratuita e laica. A educação escolar, em tempo integral, é um direito universal a ser assegurado pelo Estado a toda a população.

Frei Betto é escritor, autor de “Por uma educação crítica e participativa” (Rocco), entre outros livros.

